

DISCUSSÃO SOBRE LRF ARGENTINA É ANTIGA

Desde 1999 a Argentina discute formas de conter os gastos da União e das províncias de acordo com o que se arrecada no país. Em junho daquele ano, o então presidente Carlos Menem tratou do tema em uma reunião com o presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Os dois discutiram formas de avançar em direção à harmonização de políticas macro-econômicas no Mercosul, tendo como base a coordenação de políticas fiscais. Na época, entrou em debate nos Congressos argentino e brasileiro os projetos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Na Argentina, a Lei nº 25.125, de Administração dos Recursos Públicos (também chamada de Lei de Conversibilidade Fiscal), foi aprovada em setembro de 1999. No Brasil optou-se pela Lei Complementar nº 101, a Lei de Responsabilidade Fiscal, editada em maio de 2000. O objetivo das medidas sempre foi limitar os gastos primários do governo, de forma a não gerar endividamentos acima do crescimento da economia.

Mesmo com a lei, a crise político-econômica argentina intensificou-se a partir de 2000, o que levou o país a ter, em quatro anos, seis presidentes. Vencedor das eleições de 1999, Fernando De La Rúa substituiu Menem e lançou oito pacotes econômicos, mas não conseguiu conter a recessão. Greves, manifestações contra impostos sobre combustíveis, saques a lojas e a supermercados foram os reflexos do agravamento da situação econômica que culminou com a queda de De La Rúa em 20 de dezembro de 2001. Quatro dias depois, seu sucessor, Adolfo Rodríguez Saá, decretou a moratória da dívida externa de US\$ 132 bilhões - um dos maiores calotes na história dos países devedores do Fundo Monetário Internacional (FMI). A medida desestabilizou o governo e levou Saá a renunciar três dias depois por falta de apoio político dos governadores das províncias.

Em 1º de janeiro de 2002, Eduardo Duhalde tomou posse e, em poucos dias, conseguiu a aprovação no Senado do plano econômico de emergência do governo, desvalorizando o peso em 30% e encerrando a política que manteve por uma década o peso atrelado ao dólar. Foi criada também uma estrutura de câmbio duplo, com o peso negociado livremente dentro do país, mas mantido fixo nos negócios externos. Em maio de 2004, o peronista Néstor Kirchner chegou à Casa Rosada, depois da desistência de Menem de disputar o segundo turno das eleições. Kirchner venceu defendendo o pagamento da dívida externa em condições justas e não com o empobrecimento e o desemprego da população argentina.

Cinco anos depois de ter entrado em vigor a Lei de Conversibilidade Fiscal, o Congresso argentino aprovou em agosto de 2004 a Lei de Responsabilidade Fiscal. A aprovação da LRF na Argentina foi uma das exigências feitas pelo FMI para aprovar a terceira revisão do acordo assinado em setembro de 2003.

Aprovada no Congresso por 139 votos a favor e 83 contra, a LRF argentina determina que os gastos públicos não podem crescer mais que a economia. Também registra que não será possível gastar com o pagamento das dívidas mais que 15% da arrecadação. Os eventuais excedentes fiscais deverão ser utilizados para a criação de fundos anticrise. A lei também pretende evitar a expansão dos gastos das províncias em percentual superior ao do crescimento do PIB, sob pena de perda do direito de dispor livremente dos recursos do orçamento federal.

A maior crítica à lei argentina é o fato de o texto aprovado não prever penas para os administradores públicos que gastarem além do permitido, como estabelece, por exemplo, a lei brasileira. Na Argentina, aqueles que descumprem a LRF recebem penas correspondentes ao descumprimento dos deveres de funcionário público. No Brasil, o descumprimento das regras da LRF pode acarretar punições fiscais (que impedem o recebimento de transferências voluntárias, a contratação de operações de crédito e a obtenção de garantias para a sua contratação) e sanções penais (pagamento de multa com recursos próprios, no máximo de 30% dos vencimentos anuais, impedimento para exercer funções públicas por um período de até cinco anos, perda de cargo público, cassação de mandato e até prisão).

Nas últimas décadas, as províncias na Argentina utilizaram grande parte de seus orçamentos para o

pagamento do funcionalismo e de dívidas com credores estrangeiros. A LRF foi a saída encontrada pelo Ministro da Economia, Roberto Lavagna, para substituir a falta de aprovação da Lei de Co-Participação Tributária exigida pelo FMI. Esta lei estabelecia que a arrecadação tributária do país seria distribuída entre a União e as províncias. Enquanto o projeto de co-participação se arrastou para chegar ao Legislativo devido à resistência do governador Felipe Sola, da província de Buenos Aires, a mais importante do país, o projeto da LRF chegou ao Senado argentino em 14 de junho, passou por todos os trâmites da Casa e foi aprovado menos de dois meses depois.

A partir do próximo ano, as províncias que gastarem acima de 15% da arrecadação com o pagamento da dívida não poderão pedir novos empréstimos. O pedido será possível apenas no caso de refinanciamento em menores condições da dívida existente, empréstimos de organismos financeiros internacionais ou de programas nacionais. Atualmente, a maioria das províncias argentinas tem superávit, mas algumas - como Buenos Aires - têm problemas para cobrir os próximos vencimentos da dívida.



Policial inspirado em Da Vinci é mania entre leitores no mundo

O Código Da Vinci, livro do escritor inglês Dan Brow, conquistou milhões de leitores em todo o mundo provocando polêmicas e inspirando visitas guiadas ao Museu do Louvre em Paris, um dos ambientes da trama.

EDITORIAL

O processo produtivo da "indústria" auditoria

Márcia Andréa Peres Suzano

Em princípio podemos acreditar que não exista relação entre a atuação da auditoria e o processo produtivo de uma indústria. A auditoria audita e opina, enquanto a indústria produz. A auditoria presta serviço, a indústria apresenta um produto. Alguns argumentos, porém, contestam a afirmativa inicial e mostram que a auditoria não é prestadora de serviço, mas fornecedora de produto.

Cada "esforço de serviço do auditor" precisa estar materializado em algum produto tangível - relatório, parecer ou certificado -, catalogado e controlado, emitido com agilidade, precisão, qualidade e utilidade. De outra forma, há o risco de o esforço perder-se dentro das organizações e no próprio setor de auditoria impedindo a medição e a avaliação de desempenho da área ou o conhecimento, pela administração, do trabalho realizado, o que inviabilizaria o seu imprescindível e integral apoio.

No processo produtivo da "indústria" auditoria podem ser consideradas as seguintes etapas correlatas: pedido, seleção de matéria-prima, produtos em elaboração, controle de qualidade, produtos acabados, empacotamento, entrega e assistência técnica.

Na primeira etapa (pedido), o produto é gerado pela indústria, que responde a demanda do mercado. Os pedidos demonstram que o bem produzido tem utilidade para o cliente. Na auditoria, as solicitações partem do planejamento de trabalho interno e dos gestores e demais clientes. A auditoria deve entender o objetivo do pedido: aqueles mal formulados poderão resultar em produtos sem uso, por não corresponderem à

intenção de quem os solicitou. Nessa etapa, os maiores desafios da auditoria são: estimular a demanda e adequá-la a sua capacidade produtiva, introduzir novos produtos e fazer com que o bem gerado seja necessário e útil aos usuários. O "produto" da auditoria deve contribuir para a melhoria das organizações e dos serviços prestados aos cidadãos, no caso da área pública.

Na segunda etapa (matéria-prima), insumos industriais devem ser obtidos e utilizados na produção do bem. Quanto melhor a qualidade da matéria-prima, melhor a qualidade do bem. Na auditoria, os insumos são as informações necessárias ao trabalho, as fontes e a metodologia (documento formal de planejamento e programa de auditoria). A qualidade da matéria-prima contribui para o sucesso ou o insucesso da auditoria. Quanto mais completas forem as informações, maior será a chance de a auditoria apresentar um produto de qualidade, que contribua para a melhoria dos processos da organização.

Na terceira etapa (produtos em elaboração), a matéria-prima é manufaturada industrialmente, ou seja: preparada para produzir o bem. Na auditoria corresponde à fase de testes e à elaboração do relatório em forma de draft.

A seguir, na quarta etapa, o bem produzido passa pelo controle de qualidade, cujo objetivo é verificar se o produto atende aos requisitos e especificações definidos no pedido e no planejamento. Na auditoria, o objetivo é identificar se os produtos atenderam aos padrões, requisitos e normas para a execução. É a fase da revisão, que se divide em duas: interna (realizada pelos técnicos designados para a função) e externa (discussão do "produto" com os envolvidos no exame e obtenção do comprometimento formal do gestor para o saneamento das deficiências reportadas).

Na quinta etapa (produtos acabados), a indústria libera os produtos para consumo após a aprovação pelo controle de qualidade. Na auditoria, equivale à emissão do relatório em versão final.

A sexta etapa (empacotamento) é fase de embalagem do produto acabado para transporte e entrega ao cliente. Na auditoria corresponde à formatação do relatório final no padrão estabelecido.

Na sétima etapa (entrega), a indústria encaminha o produto ao consumidor. Para a auditoria é o envio do relatório ao setor avaliado: quanto mais próximo estiver da data original do pedido, mais eficiente e efetiva é a ação.

Finalmente, a oitava etapa (assistência técnica) significa, para a indústria, o auxílio do produtor ao cliente, de modo que o produto fornecido se mantenha em condições de funcionamento. Na auditoria representa o monitoramento para verificar se o produto teve aplicabilidade, ou seja, se está em uso (follow-up). É um equívoco acreditar que com a entrega do relatório encerra-se a obrigação da auditoria. Ao contrário: após a entrega do relatório final são gerados efeitos e, conseqüentemente, demandas por formas acessórias de ação.

Ao identificar-se apenas como prestadora de serviço, a auditoria não eterniza suas ações. Ao encarar sua função como geradora de um produto, aprofundando-se em cada uma das etapas do processo industrial e entendendo que também lhe cabe uma assistência e monitoramento depois da entrega dos relatórios, a auditoria gera a perspectiva de que sua ação é útil, duradoura e efetiva. Essa condição fortalece a atividade e cria novas demandas. Garante a existência da auditoria não porque determinada lei criou tal órgão, mas porque representa trabalho imprescindível para a melhoria dos processos da organização e contribui para o alcance dos objetivos institucionais.

ENTREVISTA

Professor Álvaro Vieira Lima
Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis - Uerj



Doutor em Administração e mestre em Ciências em Administração pela UFRJ, Álvaro Vieira Lima é coordenador da pós-graduação em Ciências Contábeis da Uerj, mesma instituição onde se graduou em Administração e em Ciências Contábeis na década de 1970. Em 1979, Álvaro recebeu menção honrosa no 2º Concurso Nacional de Textos sobre Processamento de Dados da Capes. Também é instrutor e consultor da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), na área de sistemas de informação e na aplicação de sistemas de computação como suporte às atividades de análise e acompanhamento de projetos.

Pre\$tando Conta\$ - Quantos cursos de mestrado na área de Ciências Contábeis existem na cidade e o que diferencia o curso da Uerj dos demais?

Álvaro Vieira Lima - Existem os mestrados da Uerj e o da UFRJ. A diferença entre os dois é que o da Uerj é mais antigo. Eu destacaria no curso da Uerj o seu corpo de professores, é um curso mais forte na área pública pela seleção dos professores. Temos muitos docentes com experiência na área pública e de auditoria e, conseqüentemente, na área de controle. O diferencial, a marca do curso, é a sua tradição na área de controle.

Pre\$tando Conta\$ - Quais são as linhas de pesquisa do mestrado na Uerj?

Álvaro V. Lima - Temos duas áreas de concentração: Apuração e Registro Contábil e Planejamento e Controle Financeiro. As duas se ramificam em quatro linhas de pesquisa: Evidenciação Contábil e Avaliação de Empresas (área de Apuração e Registro); e Gestão Financeira de Entidades Públicas e Privadas e Custos, Preços e Gestão Estratégica de Negócios (área de Planejamento e Controle Financeiro). A estrutura do programa está organizada nessas áreas de concentração e suas respectivas linhas de pesquisa. Cada dissertação está ligada aos projetos desenvolvidos pelos professores.

Pre\$tando Conta\$ - Há temas abordados com maior freqüência nas dissertações de mestrado?

Álvaro V. Lima - É difícil dizer. Temos interesses variados. Admitimos por ano 20 alunos. Em 2004, admitimos 22 devido ao convênio com a Controladoria. Entre esses alunos existe sempre um grupo de professores de cursos de Ciências Contábeis e Administração, que querem se qualificar porque o MEC exige que os cursos de graduação tenham professores titulados. Todo ano, de 10% a 20% dos alunos são professores. Outro grupo tradicional de "clientes" é aquele formado por profissionais de órgãos públicos que mantêm política de formação: é o caso de BNDES, Banco Central, CVM, Tribunais de Contas, Receita Federal, INSS, Banco do Brasil, da própria Controladoria ou da Marinha. Esse grupo representa de 30% a 40% dos candidatos. O grupo maior, com 40% a 50% de estudantes, é formado por aqueles que gostam de estudar e querem continuar a carreira; ex-funcionários de empresas de auditoria que voltam para se reciclar. Essa diversidade impede uma concentração e o espectro amplo de temas de dissertação será amplo. Mas a área pública é forte, com média de 20% e 35% dos temas de dissertação.

Pre\$tando Conta\$ - A contabilidade recebe hoje mais atenção da sociedade, depois dos escândalos contábeis corporativos?

Álvaro V. Lima - A questão dos escândalos contábeis colocou a contabilidade no centro das atenções. Existe um conjunto de fatores que faz com que a contabilidade seja mal compreendida. Ela é uma linguagem universal, de aplicação universal, de apresentação de resultados de qualquer tipo de atividade lucrativa e não-lucrativa que utilize os padrões contábeis de registro e divulgação de informação para que alguém minimamente entendido olhe o conjunto de demonstrações e consiga fazer um julgamento a respeito do

desempenho econômico-financeiro daquela instituição analisada. Essas demonstrações são feitas de acordo com os padrões aceitos e princípios que normatizam esse reconhecimento. Mas esses princípios estão, muitas vezes, sujeitos a interpretações que podem levar a resultados diferentes. A questão da fraude não é de aplicação de princípio e sim de deturpação intencional de manipular os dados contábeis para caracterizar esta ou aquela situação, que não é real, e tem causado prejuízos aos investidores.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a importância do convênio firmado entre a Controladoria Geral do Município e o mestrado da Uerj?

Álvaro V. Lima - É muito importante. Para a Uerj, porque é o reconhecimento de que a universidade tem qualidade por esses 20 anos de serviços prestados. É importante para uma instituição pública ter esse reconhecimento, do incentivo na formação acadêmica do seu profissional. A empresa privada não está preocupada em fazer este tipo de investimento: quer o profissional pronto, capaz de trabalhar o tempo todo, não está preocupada em investir nesse cidadão. Já o setor público tem a preocupação de formar o seu profissional e qualificá-lo para atender as demandas da própria sociedade. Essa é uma atitude pró-ativa do serviço público. O exemplo da Controladoria é importante porque, mesmo com a contrapartida financeira, tem um custo inferior se fosse o caso de parceria com uma instituição privada. O que a Controladoria está fazendo vai se refletir no futuro, quando esse profissional voltar e aplicar os conhecimentos que aqui obteve durante dois anos e disseminar esse conhecimento junto às pessoas que trabalham com ele.

ENTREVISTA

Professor Álvaro Vieira Lima
Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis - Uerj

Pre\$tando Conta\$ - A Uerj assumiu em 1991 o mestrado pioneiro do Rio, da Fundação Getúlio Vargas. Houve alguma inovação com a transferência?

Álvaro V. Lima - Em princípio nenhuma. A mudança foi feita em 2003, com a primeira reformulação da grade curricular. O curso foi transferido para a Uerj da mesma forma que era aplicado na Fundação Getúlio Vargas. Veio para cá porque o governo Collor acabou com os cursos deficitários, que dependiam de recursos orçamentários para funcionar na FGV. Era prejuízo para os alunos do curso acabar com o mestrado na FGV e, para a Uerj, era uma oportunidade receber um curso já pronto.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a importância da pós-graduação para um profissional de Ciências Contábeis?

Álvaro V. Lima - Vital. A contabilidade cresceu muito em complexidade. No passado havia um curso técnico em Contabilidade: quem tivesse esse curso podia exercer a função de contador. O Conselho Federal de Contabilidade acabou com essa possibilidade, não autoriza mais os técnicos a exercerem a função, porque a complexidade dos negócios é muito grande. A perspectiva de aumento dessa complexidade é tamanha que a contabilidade não pode mais prescindir da existência de cursos de pós-graduação que permitam ao profissional, mesmo depois de formado, continuar se especializando.

Pre\$tando Conta\$ - Qual é a proposta editorial da Revista de Contabilidade, do mestrado da Uerj?

Álvaro V. Lima - O objetivo inicial era divulgar os trabalhos científicos e as pesquisas acadêmicas dos alunos, mas evoluímos. A receptividade encontrada pela Revista possibilitou ampliar os horizontes, passando a receber contribuições de autores brasileiros e estrangeiros. A Revista é um espaço aberto a todos os pesquisadores que queiram publicar resultados de suas investigações, envolvendo aspectos teóricos ou aplicados, nas áreas de ensino contábil e contabilidade geral, financeira e gerencial, pública ou privada, bem como temas relacionados à avaliação de práticas gerenciais. Faltam revistas na área e este espaço é importante porque favorece o intercâmbio entre professores e alunos. Para ter o artigo publicado, o autor deve enviá-lo com resumo em inglês, palavras-chaves, no máximo 24 páginas. O artigo é encaminhado a uma comissão que analisa e verifica a qualidade e a pertinência do texto.

Pre\$tando Conta\$ - Quais são os outros periódicos importantes em Ciências Contábeis?

Álvaro V. Lima - O mestrando deve ter trabalhos publicados em revistas científicas e apresentados em conferências. Para se ter um curso razoável é preciso conseguir de sete a dez pontos, o que significa no mínimo uma publicação em revista científica e uma publicação de trabalho técnico por ano. A Revista de Contabilidade da Uerj garante cinco pontos. No Brasil, publicações de Contabilidade que garantem pontos são: o Pensar Contábil, do CFC, a Revista Contabilidade & Finanças, da USP, e a UnB Contábil.

Pre\$tando Conta\$ - A demanda do setor público cresceu para os profissionais formados em Ciências Contábeis?

Álvaro V. Lima - Sobre a questão do mercado profissional, não há pesquisa a respeito. Observo que os alunos de graduação em Ciências Contábeis ou têm contadores na família ou são orientados por alguém que descobriu que aquilo é uma coisa interessante de fazer. A contabilidade é uma das poucas áreas com reserva de mercado: toda empresa deve ter um contador. O mercado em Ciências Contábeis é melhor que muita profissão, mas o jovem não percebe isso. Hoje existem muitos empregos públicos em que se precisa saber contabilidade: fiscal de renda, fiscal do INSS, etc. Não diria que todos os contadores estão empregados porque o mercado percebeu isso e existem várias faculdades particulares que oferecem a graduação. O CFC, como a própria OAB, instituiu um exame de suficiência, não basta ser bacharel. Um bacharel não é contador se não tiver o registro. O plano é criar o exame de avaliação contínua para verificar se o profissional está atualizado.

Phishing scam: fraude financeira contra internautas

Ao abrir o correio eletrônico, um usuário pode se deparar com uma mensagem de banco onde é correntista solicitando que sejam feitas atualizações cadastrais ou convidando-o a participar de uma promoção. Ao clicar no link indicado na mensagem será levado, sem perceber, para uma página falsa da instituição bancária, onde preencherá dados e senhas pessoais. Com esta ação, o usuário torna-se vítima do phishing scam, fraude eletrônica que preocupa bancos, operadoras de cartões de crédito, setores do governo, companhias aéreas e lojas virtuais entre outras empresas. Com dados na rede, além de conseguir acesso a contas bancárias, os phishing scammers ou simplesmente phishers, abreviação do nome, os golpistas usam as informações para abrir novas contas e solicitar cartões de créditos. A vítima da fraude só descobrirá semanas depois.

O termo phishing originou-se da junção da expressão phone phreaking - tipo de fraude usado por hackers para conseguir ligações telefônicas de graça - com fishing (pescar, em inglês), numa referência aos detalhes pessoais que são "pescados" pelos fraudadores. Esta fraude apareceu pela primeira vez em 1996 nos Estados Unidos. Assinantes do provedor América Online (AOL) receberam mensagens solicitando suas senhas para a atualização de cadastros. Desde então, a técnica de enganar internautas por meio de falsas mensagens eletrônicas se aperfeiçou e, segundo estudos do Gartner Group, instituto de pesquisas americano da área tecnológica, 57 milhões de pessoas estão vulneráveis a esse tipo de golpe. O Gartner sugere ainda que apenas nos EUA quase 2 milhões de pessoas foram vítimas do phishing scam no período de junho de 2003 a junho de 2004. O prejuízo estimado dos bancos americanos gira em torno de US\$ 2,4 bilhões.



Em meio aos spams diários recebidos, existem os phishings mal feitos onde se percebe a farsa já na identificação do remetente, que às vezes é do mesmo provedor do destinatário. Os phishings mais modernos, porém, vêm em mensagens com o nome da empresa e logotipos verdadeiros. Estes, direcionam para páginas forjadas com desenho de cadeado na barra inferior e alguns trazem até o tradicional teclado virtual dos bancos - símbolo de confiabilidade. Os teclados são copiados secretamente para o computador de quem recebe a mensagem ao ser acionado por algumas teclas. Em novembro de 2003, muitos clientes do Banco do Brasil receberam esse tipo de e-mail, que levava a uma página clone onde estava o pedido para gravar no HD o teclado virtual do banco. Com esses mecanismos, o phishing moderno está abalando a confiança dos clientes nas empresas.

Outras instituições conceituadas como o Bradesco, as companhias de aviação Gol e Varig tiveram recentemente seus clientes enganados por este tipo de mensagem eletrônica. E-mail falsos do Banco Central, da Serasa e da Receita Federal também chegam diariamente na caixa postal dos internautas brasileiros. Nos casos ocorridos com os bancos este ano, as mensagens informavam sobre débitos pendentes e pediam para entrar na página da empresa por um link falso. Os mais atentos percebiam que, ao abrir a página, na barra de endereços não constava o endereço do banco. Nas mensagens falsas enviadas com o nome de companhias aéreas, por outro lado, o conteúdo tratava de promoções para passagens.

As assessorias de imprensa do Bradesco e do Banco do Brasil afirmam que no site das instituições há dicas de segurança que informam para o cliente, entre outros pontos, não acessarem a página através de links contidos em e-mail. O BB destaca que não envia mensagens aos seus clientes e o Bradesco explica que só no ano passado investiu cerca de R\$ 1,694 bilhão em infra-estrutura de telecomunicações, 10% desse valor em aplicações de segurança. No Brasil, de acordo com a NIC BR Security Office (Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança para a Internet brasileira), esse tipo de fraude aumentou em 72% de 2002 para 2003. Como a instituição recebe notificações voluntárias, estima-se que o número de mensagens fraudulentas seja maior que o reportado nos relatórios. Nos Estados Unidos, o Anti-Phishing Working Group recebeu apenas em abril deste ano mais de mil reclamações, um crescimento de 180% sobre o mês anterior. O grupo americano afirma, também, que a prática de fraude eletrônica está crescendo 75% em média por mês desde dezembro de 2003.

Este texto responde à enquete "**Você sabe o que é Phishing scam?**" disponível na página oficial da CGM entre julho e setembro de 2004. O resultado foi: 09 pessoas responderam "sim", 53 "não" e 02 "em parte".

ESTANTE

Um tributo à genialidade de Leonardo Da Vinci



O Código Da Vinci

Dan Brown

Rio de Janeiro: Editora Sextante 2004. 480p.

O grande sucesso do best-seller O Código Da Vinci - do escritor Dan Brown - conquistou leitores com a mesma intensidade com que provocou polêmicas e críticas pelo mundo afora.

Com linguagem ágil, capítulos curtos e trama envolvente, o livro é uma combinação de decifração de códigos com história da arte, sociedades secretas - Priorado do Sião, Cavaleiros Templários, o Santo Graal e Opus Dei - e religião. Os rituais mágicos, a autoflagelação e os assassinatos que acontecem ao longo do romance contribuem para o clima de mistério que envolve os leitores.

A história se desenvolve em torno de pistas deixadas por Jacques Saunière, cura-dor do Museu do Louvre, ao ser assassinado. Sua neta, Sophie Neveu, agente do Departamento de Criptologia da Polícia Judiciária francesa e Robert Langdon, brilhante professor de simbologia religiosa da Universidade de Harvard, se unem para decifrar um rastro de pistas deixado por ele.

Aos poucos, os dois protagonistas desvendam dos mais bem-guardados segredos da história da humanidade e que pode mudar todo o Cristianismo: a ocultação pela Igreja Católica de que Jesus Cristo era mortal, casado com Maria Madalena, com quem teve filhos.

A narrativa traz ainda uma grande quantidade de informação sobre pontos pouco conhecidos da História da religião cristã, sobre a simbologia pagã na arte de Leonardo Da Vinci, relata práticas obscuras da Opus Dei - uma organização católica extremamente conservadora - tais como lavagem cerebral, coerção e uma perigosa prática conhecida como "mortificação corporal" e alguns rituais da sociedade secreta européia do Priorado do Sião, fundada em 1099 e da qual fizeram parte Leonardo Da Vinci, Sir Isaac Newton, Victor Hugo e Boticelli, entre outros.

Os protestos logo surgiram. Os críticos do romance de Dan Brown - em sua maioria católicos, protestantes e evangélicos - alegam que o livro ataca os fundamentos da fé cristã e que sua perspectiva histórica é inexata. Vários livros foram escritos por historiadores e estudiosos de renome questionando e desmentindo vários pontos abordados no romance O Código Da Vinci.

O escritor vê com bons olhos as discussões sobre seu livro ao dizer em sua página pessoal na Internet que "controvérsia e diálogo são saudáveis para a religião como um todo. A religião tem apenas um inimigo, a apatia, e o debate passional é um antídoto soberbo. Me considero um estudante de muitas religiões. Quanto mais estudo, mais perguntas tenho. Para mim, a busca espiritual é um trabalho em andamento que dura toda uma vida".

Aproveitando o sucesso mundial do livro, o museu do Louvre inaugurou seu tour oficial pelas pinturas descritas no romance O Código Da Vinci. A igreja de Saint-Sulpice, também em Paris, e a Catedral de Rosslyn, também chamada de Catedral dos Códigos, em Edimburgo, na Escócia, que são citadas no romance, passaram a fazer parte do roteiro turístico de uma legião de leitores fascinados que percorrem os lugares que figuram na trama, interessados em decifrar seus enigmas e mistérios.

Contadores certificados para ONGs

Para diminuir o número de processos com exigências por falta de documentação nas prestações de contas de organizações não-governamentais (ONGs) e associações, a Controladoria Geral do Município (CGM) firmou um convênio com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro para treinar contadores e técnicos em contabilidade que pretendem trabalhar nestas organizações. Apenas técnicos com o certificado do curso, aberto a todos os profissionais da área, poderão prestar as contas de ONGs e associações à Prefeitura.

A Gerência de Recursos Humanos é responsável por monitorar o convênio com início previsto para o segundo semestre de 2004. "Com o curso, haverá condições de termos garantia de que todo o trabalho de prestação de contas das ONGs está sendo feito de maneira adequada. O contador responsável será alguém que conhecerá os procedimentos e normas adequadas e poderá, dessa maneira, fazer um trabalho que ajudará na questão do acompanhamento d ONGs", diz Jorge Carvalho, gerente de RH.

O curso de capacitação de contadores para ONGs será gratuito e aberto a qualquer profissional que tenha registro no CRC. As turmas serão montadas dentro das possibilidades logísticas do CRC, onde acontecerá o curso. "Dependendo da demanda, será feita uma seleção, cujos critérios ainda estão sendo estabelecidos", diz o presidente do CRC-RJ, Nelson Rocha. Com o decreto do Prefeito Cesar Maia nº 24.547 de 20 de agosto de 2004, foi criada uma comissão de cadastramento das ONGs para contadores certificados. Apenas as organizações cadastradas poderão assinar contratos com o município.

A certificação dos contadores vai gerar um benefício importante: as prestações de contas serão obrigatoriamente assinadas por um profissional contábil, o que não acontecia antes. "Havia muitos problemas: nota fiscal inadequada, recibos de caixa sem os padrões aceitos pelo município do Rio de Janeiro, recibo preenchido incorretamente etc. Além disso, se o contador assina, ele está atento a qualquer fraude ou omissão que tenha aquela prestação de contas, porque ele tem responsabilidade. Quando não há um contador nesta prestação de contas não há como punir", explica Francisco José dos Santos Alves, contador da CGM e conselheiro do CRC. Ele acredita que a medida vai trazer "credibilidade, transparência e lisura a todo o processo", pois o profissional de contabilidade deve ser registrado no Conselho Regional e é punido se descumprir as normas do código de ética da categoria.

Após ter fechado um convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) garantindo duas vagas no mestrado da instituição para servidores da Controladoria, a CGM assinou um novo convênio com a instituição, em agosto, criando um curso de pós-graduação em Controladoria na área pública para 40 funcionários do quadro técnico. O curso, cujas aulas serão aos sábados, terá 360 horas e teve início no dia 25 de setembro.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Marco Antonio Vales

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinicius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Pre\$tando Conta\$

Edição: Sonia Virginia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Graça Louzada e Aline Thomaz

Editoração: Inez Torres

Ilustração: Zope

Versão Online: Diego Nunes

